

DENISE DE SOUZA LUIZ FRANCOSKI  
MARCELLO MULLER TEIVE

*Coordenadores*

José Luiz de Moura Faleiros Júnior

*Prefácio*

LGPD  
DIREITOS DOS TITULARES

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paulucci Nogueira Bicalho	Gustavo Jusino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L687

LGPD: direitos dos titulares / coordenado por Denise de Souza Luiz Francoski, Marcelo Muller Teive. - Belo Horizonte : Fórum, 2023.

294p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-65-5518-500-3

1. Direito. 2. Direitos dos Titulares. 3. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. 4. LGPD. 5. Direito Digital. 6. Privacidade. I. Francoski, Denise de Souza Luiz. II. Teive, Marcelo Muller. III. Título.

2022-4053

CDD 340.0285

CDU: 34:004

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FRANCOSKI, Denise de Souza Luiz; TEIVE, Marcelo Muller (coord.). *LGPD: direitos dos titulares*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 294 p. ISBN 978-65-5518-500-3.

## SUMÁRIO

## PREFÁCIO

<b>José Luiz de Moura Faleiros Júnior</b> .....	13
---	----

**PEDIDOS DOS TITULARES: CANAIS DE ATENDIMENTOS E CASOS PRÁTICOS SUBMETIDOS À APRECIÇÃO NO TJSC**

<b>Denise de Souza Luiz Francoski</b> .....	21
Introdução .....	21
1    O rol de direitos dos titulares especificados na LGPD .....	22
2    O papel do Comitê Gestor de Proteção de Dados e da Encarregada do TJSC no atendimento dos pedidos dos titulares .....	24
3    Canais de atendimento das requisições apresentadas no TJSC e a utilização do aplicativo LGPDJus .....	25
4    Casos práticos de requisições submetidas à apreciação no TJSC .....	28
Considerações finais .....	35
Referências .....	36

**O DIREITO AO CONHECIMENTO E À CONFIRMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO TRATAMENTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: UM DIREITO A SER CONHECIDO E LEVADO A SÉRIO**

<b>Oscar Valente Cardoso</b> .....	41
Introdução .....	41
1    Antecedentes histórico-normativos .....	42
2    Fundamento da autodeterminação informativa .....	44
3    Direitos do titular na LGPD .....	46
4    O direito ao conhecimento e à confirmação da existência do tratamento na LGPD .....	49
5    Procedimento para o exercício do direito à confirmação da existência do tratamento .....	52
Considerações finais .....	54
Referências .....	55

## O DIREITO DE ACESSO AOS DADOS PESSOAIS: COMO REQUERÊ-LO E CONCEDÊ-LO?

<b>Carlos Renato Silvy Teive</b> .....	57
Introdução .....	57
1 Evolução do direito à privacidade .....	59
2 Direito de acesso .....	62
2.1 Realização do pedido e a concessão do acesso .....	64
2.1.1 Pedido de acesso: forma oral ou escrita? .....	65
2.1.2 Concessão de acesso .....	67
Considerações finais .....	71
Referências .....	72

## A CORREÇÃO E A ELIMINAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS: DESAFIOS PRÁTICOS À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DO TITULAR

<b>Roberta Volpato Hanoff</b> .....	75
Introdução .....	75
1 Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados .....	78
2 Eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados sem o consentimento do titular .....	80
3 Os desafios práticos à efetividade dos direitos de retificação e eliminação de dados pessoais .....	83
3.1 A temporalidade do tratamento .....	83
3.2 As travas em sistemas de gestão ou em plataformas a ele integradas por API .....	85
3.3 O desalinhamento entre o DPO, Tecnologia da Informação, Departamento Jurídico e Recursos Humanos no gerenciamento dos riscos de violação aos incisos III e VI do artigo 18 da LGPD .....	91
Considerações finais .....	93
Referências .....	94

## CONCEITO, LIMITES E EXPECTATIVA REGULATÓRIA: DIREITO DO TITULAR A ANONIMIZAÇÃO, BLOQUEIO OU ELIMINAÇÃO DE DADOS DESNECESSÁRIOS E EXCESSIVOS À LUZ DA LGPD

<b>Valéria Reani Rodrigues Garcia</b> .....	95
Introdução .....	95
1 <i>Profiling</i> e a sociedade da informação .....	97
2 Como o algoritmo matemático permite identificar uma pessoa .....	98
3 A chegada da LGPD com os direitos dos titulares de dados .....	99

4	Bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD .....	103
5	Anonimização e dado anonimizado – Conceito e limites.....	104
6	Técnicas de anonimização .....	110
7	Anonimização por supressão .....	112
8	Anonimização por generalização .....	114
8.1	<i>k</i> -anonimato .....	115
9	Anonimização por aleatorização .....	116
10	Possibilidade de reidentificação do dado pessoal.....	116
10.1	ISO/IEC 27559 – Segurança da informação, segurança cibernética e proteção da privacidade – Estrutura de desidentificação de dados para aprimoramento da privacidade .....	116
11	Preocupações a serem regulamentadas acerca da anonimização .....	118
12	O papel da ANPD na anonimização de dados .....	118
	Considerações finais .....	119
	Referências .....	121

## ODIREITO À PORTABILIDADE DE DADOS NA LGPD: POTENCIAIS BENEFÍCIOS AO TITULAR

<b>Daniela Copetti Cravo</b> .....	127
Introdução .....	127
1    A portabilidade de dados na LGPD.....	129
2    Portabilidade de dados e seus potenciais benefícios ao titular .....	134
3    Novidades no tema da portabilidade de dados .....	138
Considerações finais .....	139
Referências .....	140

## DIREITO À REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO

<b>Rodrigo Pironti, Mariana Tomasi Keppen</b> .....	143
Introdução.....	143
1    O direito à revogação do consentimento.....	145
1.1    Os requisitos de validade do consentimento .....	145
1.2    O atendimento à solicitação de revogação do consentimento .....	146
1.3    A viabilidade e as consequências da retirada do consentimento .....	149
2    O uso da base legal do consentimento pelo Poder Público .....	151
Considerações finais.....	153
Referências .....	154

## A REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO PELO TITULAR DE DADOS NA LGPD

<b>Chiara Spadaccini de Teffé, Pedro Teixeira Gueiros</b> .....	155
Introdução .....	155
1 O consentimento como manifestação da vontade no ordenamento jurídico brasileiro .....	156
2 A base legal do consentimento para o tratamento de dados.....	158
3 A revogação do consentimento: direito do titular de dados e forma de controle informacional .....	167
3.1 Mecanismos para a expressão da revogação conforme a LGPD.....	170
Considerações finais .....	174
Referências .....	175

## PRATICANDO O IMPRATICÁVEL: OS DILEMAS DOS DIREITOS DE ACESSO E DE CONFIRMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO TRATAMENTO

<b>Felipe Palhares</b> .....	179
Introdução .....	179
1 O direito de confirmação da existência do tratamento.....	180
2 O direito de acesso.....	183
Considerações finais .....	193
Referências .....	194

## DIREITO A REVISÃO DE DECISÕES AUTOMATIZADAS: QUESTÕES PRÁTICAS DE INTERPRETAÇÃO

<b>Nuria López</b> .....	195
Introdução.....	195
1 Objeto do direito a revisão: decisões tomadas <i>unicamente</i> com base em tratamento automatizado de dados pessoais .....	197
2 Conteúdo do direito a revisão: informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada.....	201
3 Fundamento: autodeterminação informativa e princípio da não discriminação.....	204
4 Algumas aplicações no direito brasileiro .....	207
Considerações finais .....	208
Referências .....	209

## DIREITOS DOS TITULARES: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS LEGISLAÇÕES EUROPEIA (GDPR) E BRASILEIRA (LGPD) DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

<b>Samara Schuch Bueno, Caren Benevento Viani</b> .....	213
Introdução.....	213
1    Origens dos direitos de titulares de dados pessoais.....	215
2    Procedimentos para o atendimento dos direitos dos titulares previstos no GDPR (Regulação Europeia de Proteção de Dados Pessoais) e na LGPD (Legislação Brasileira de Proteção de Dados Pessoais) .....	221
3    Principais similaridades e diferenças entre direitos dos titulares na comparação entre leis – GDPR <i>versus</i> LGPD .....	225
3.1  Direito à confirmação da existência de tratamento e de acesso aos dados (art. 15 do GDPR e artigo 18, incisos I e II da LGPD) .....	230
3.2  Direito de retificação – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados (art. 16 do GDPR e art. 18, inciso III da LGPD) .....	234
3.3  Direito de eliminação dos dados (art. 17 do GDPR e art. 18, incisos IV e VI da LGPD) .....	235
3.4  Direito de limitação do tratamento e direito de bloqueio (art. 18 do GDPR e art. 18, inciso IV da LGPD) .....	237
3.5  Direito de portabilidade (art. 20 do GDPR e art. 18, inciso V da LGPD).....	238
3.6  Direito de oposição (art. 21 do GDPR e art. 18, §2º da LGPD) .....	240
3.7  Direito de não se submeter a decisões tomadas unicamente de forma automatizada (art. 22 do GDPR e art. 20 da LGPD) .....	242
Considerações finais .....	244
Referências .....	245

## DIREITO DOS TITULARES E NOVOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIAS

<b>Monike Clasen</b> .....	249
Introdução.....	249
1    Dado pessoal – o seu titular e o seu poder de influência .....	250
2    Dado pessoal como ativo de mercado .....	253
3    Gestão de dados pessoais e serviços baseados em tecnologia .....	255
Considerações finais .....	267
Referências .....	268

ENTRE O CABO DAS TORMENTAS OU DA BOA ESPERANÇA:  
 COMO NAVEGAR A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS  
 TITULARES EM UM MUNDO GLOBALIZADO

<b>Christian Perrone</b> .....	271
Introdução.....	271
1 Entendendo a proteção global de dados .....	272
2 Os modelos de proteção internacional de dados .....	274
2.1 O modelo de fluxo livre .....	274
2.2 O modelo de obrigações para os exportadores de dados .....	276
2.3 O modelo híbrido.....	276
3 Os desafios da jurisdição .....	278
4 Dois exemplos ilustrativos: Schrems II e ADC 51 .....	281
4.1 Caso Schrems II .....	282
4.2 Ação Direta de Constitucionalidade no 51 .....	283
5 O exercício transfronteiriço dos direitos dos titulares .....	285
5.1 Pontos de atenção .....	285
5.2 Instrumentos práticos de proteção .....	285
Considerações finais.....	287
Referências .....	287
 SOBRE OS AUTORES.....	 291